

**AS PEDRAS DO CAMINHO:
UM ESTUDO DA LEXIA INDÍGENA ITÁ
EM DESIGNATIVOS DE MUNICÍPIOS DA BAHIA**

Clese Mary Prudente (UNEB)

cleseprudente@gmail.com

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB)

celinabbade@gmail.com

RESUMO

Este trabalho consiste na análise semântico-etimológica dos topônimos de acidentes humanos do território baiano, classificados como litotopônimos, formados pelo morfema lexical tupi-guarani *itá*, “pedra”. Vinculado à geografia física, essa lexia, apresentada em posição sintagmática inicial, e acompanhada de elementos determinantes ocupando a posição final para a formação de designativos de lugares, é frequente na toponímia brasileira. Ao resgatar o conteúdo semântico desses designativos, busca-se relacionar a origem do nome à história e à geografia locais. Para esse fim, utilizou-se como aporte teórico: *O tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio, 2ª edição, publicada em 1914; a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), publicada pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1958; os volumes 1, 2 e 3 da *Contribuição Indígena ao Brasil*, de Irmão José Gregório, publicados em 1980; e o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá, edição de 1985. O resultado do estudo é apresentado seguindo a segmentação do território baiano em mesorregiões e pretende valorizar a memória linguística indígena como uma das raízes culturais da história do povo brasileiro.

Palavras-chave: Toponímia. Etimologia. Litotopônimos. *Itá*. Municípios baianos.

1. Considerações iniciais

“No meio do caminho tinha uma pedra. Tinha uma pedra no meio do caminho” (ANDRADE, 2012, p. 237). Nos caminhos da Bahia, são vinte e cinco municípios cujas denominações de etimologia tupi-guarani apresentam, em sua estrutura morfológica, o morfema lexical *itá*, “pedra”, em posição inicial, e que se constituem testemunhos da presença indígena no estado: Itabela, Itaberaba, Itabuna, Itacaré, Itaeté, Itagi, Itagibá, Itagimirim, Itaguaçu da Bahia, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itambé, Itanagra, Itanhém, Itaparica, Itapé, Itapebi, Itapetinga, Itapicuru, Itapitanga, Itaquara, Itarantim, Itatim.

Analisar o processo de nomeação do espaço e recuperar o sentido de cada uma dessas “pedras” é o objetivo deste artigo, que se apoia nos fundamentos da onomástica – ramo da lexicografia que estuda os nomes

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos), mais especificamente a toponímia, ciência que estuda a etimologia, a formação linguística e os aspectos históricos e culturais que influenciaram a criação do nome de uma localidade a partir da intencionalidade que impulsiona o seu denominador. Busca-se, portanto, desvendar o sentido desses

vocábulos doces e sonoros, longos muitas vezes, excelentes em geral como designação de logares, mas que muito perdem do seu valor, por se não saber o que exprimem, o que recordam, o que nos revelam do sentir e do gênio do povo primitivo que nol-os legou. (SAMPAIO, 1914, p. 30)

A pesquisa desenvolvida teve por base, principalmente, as seguintes obras: *O Tupi na Geografia Nacional*, de Theodoro Sampaio, 2ª edição, publicada em 1914; a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, doravante EMB, publicada pelo Serviço Gráfico do IBGE em 1958; os volumes 1, 2 e 3 da *Contribuição Indígena ao Brasil*, de Irmão José Gregório, publicados em 1980; e o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*, de Luiz Caldas Tibiriçá, edição de 1985. Considerando que, para os topônimos Itabela e Itanagra, os dados pesquisados não foram encontrados no aporte teórico utilizado, a pesquisa foi estendida às páginas eletrônicas do IBGE ou das prefeituras desses municípios.

2. A colonização europeia: uma história de extermínio e mestiçagem

A região que hoje constitui o Estado da Bahia, local de chegada dos primeiros portugueses ao Brasil no ano de 1500, era habitada até então por populações de nativos, especialmente os tupinambás, mais belicosos, ao norte, e os tupiniquins, mais amistosos, ao sul, pertencentes à grande família tupi, tronco tupi-guarani (BUENO, 2003). A colonização portuguesa praticamente aniquilou esses primeiros habitantes, não somente através de guerras, massacres, escravidão e doenças, mas também do ponto de vista cultural, pela ação da catequese e da intensa e forçada miscigenação com outras etnias, em uma demonstração de desrespeito pela cultura dos habitantes da terra, o que pode ser percebido em obras de estudo destinadas ao ensino médio, como Ojeda e Petta:

No dia 21 de abril foram notados os primeiros indícios de terra, avistada no dia seguinte, 22 de abril de 1500. Os portugueses haviam chegado a *Pindorama*⁷⁴, como os índios denominavam a sua terra. Como não vieram para sa-

⁷⁴ *Pindó-rama*, a região ou o país das palmeiras (SAMPAIO, 1914).

ber o que os índios pensavam ou queriam, rebatizaram a terra de *Vera Cruz*. (OJEDA & PETTA, 2003, p. 67-68)

O mesmo ato de desconsideração à cultura dos donos da terra aconteceu com *kirimurê*, "grande mar", nome de batismo dado pelos tupinambás à Baía de Todos os Santos. Em entrevista ao jornal online G1, o historiador Ricardo Carvalho (MAIOR..., 2014) ainda agradece ao fato dos portugueses terem chegado às novas terras no dia 1º de novembro: "Tivemos sorte. Se os portugueses atrasassem um dia, ela se chamaria Baía de Finados", brinca o professor.

Seja por despreito à cultura dos habitantes primitivos, por desconhecimento das denominações preexistentes ou por determinação da metrópole, a ação dos colonizadores europeus ao renomearem as terras recém-descobertas, se configura, segundo Dick (1992), em um processo de superposição toponímica, ou seja, a mudança no nome do lugar em virtude de uma invasão de outros povos, uma forma simbólica de demarcar o domínio sobre um território. Seguindo os padrões determinados pela coroa portuguesa e pela ideologia religiosa que impregnava a mentalidade do homem europeu na época, a substituição dos topônimos indígenas por outros de origem portuguesa obedecia, como afirma Nascentes (1960, p. 103), a uma imposição oficial, "para fazer desaparecer o topônimo aborígene" e "dissimular a origem indígena dos povoados", ou para "impedir que o idioma dos indígenas continuasse a suplantar o dos colonizadores".

Para entender como a cultura indígena conseguiu sobreviver a essa tentativa de aniquilamento do colonizador europeu, é importante ressaltar que, no processo inicial de colonização, a cultura, a língua e os conhecimentos indígenas foram fatores determinantes. Conhecedores do ambiente e das técnicas de sobrevivência no clima e natureza rudes da selva e do sertão, era comum a participação de nativos do litoral e mame-lucos⁷⁵ nas expedições colonizadoras. Além de ensinar o caminho, eles eram responsáveis pela coleta de frutos, ervas e raízes necessárias à alimentação do grupo e pelo uso da "medicina" com base em recursos da flora e da fauna. (LUCIANO, 2006)

Outro fator que determinava a presença de nativos nas expedições colonizadoras era o fato de que as línguas indígenas tinham um tronco

⁷⁵ Mestiço resultante da união do europeu com a mulher índia.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

geral que tornava mais fácil a compreensão entre as tribos, permitindo assim o encontro com grupos do interior. Nesse aspecto, além da presença de indígenas nas expedições, os portugueses foram forçados a aprender as línguas aborígenes para facilitar a convivência com os nativos e a consequente colonização do território. Também os missionários jesuítas que chegaram ao Brasil no começo de 1549 precisaram conhecer as línguas indígenas para catequizar as tribos e disseminar os valores europeus.

O contato com o colonizador e com outros grupos provocou modificações profundas nas culturas dos povos indígenas, pois, de acordo com Gersem Luciano (2006, p. 18), os nativos “não contavam com uma experiência prévia de intensas relações interétnicas e com os impactos provocados pela violência dos agentes de colonização, que foram por demais severos”. Como consequência dessa ação devastadora, das 1.200 a 1.500 línguas indígenas existentes no Brasil quando Pedro Álvares Cabral chegou a Porto Seguro, somente cerca de 180 ainda são faladas hoje, segundo pesquisadores e estudiosos da área da linguística.

Essa intensa mestiçagem cultural, promovida principalmente pelo movimento das entradas e bandeiras (séc. XVII e XVIII), fez com que a língua tupi, modificada pelo convívio com a língua portuguesa e utilizada como *língua geral*⁷⁶ pelos bandeirantes para a comunicação com os nativos, fosse difundida por todo o território colonizado:

As *bandeiras* quase que só fallavam o tupi. E se por toda a parte onde penetravam estendiam os domínios de Portugal, não lhe propagavam, todavia, a língua, [...] Recebiam então um nome tupi as regiões que se iam descobrindo e o conservavam pelo tempo adiante, ainda que nellas jámais tivesse habitado uma tribu de raça tupi (SAMPAIO, 1914, p. 42).

Somente a partir da segunda metade do século XVIII a língua portuguesa conseguiu suplantiar as línguas indígenas e se tornar o idioma oficial, *status* garantido através do decreto do Marquês de Pombal, datado de 17 de agosto de 1758, que não só declarou o português a língua oficial, mas também proibiu o uso da *língua geral* em todo o território. Entretanto, um grande legado indígena já havia sido deixado no léxico,

⁷⁶ A língua tupi-guarani classificava-se em três grupos essenciais: o amazônico, também chamado de *nheengatu*, o tupi usado no litoral, denominado *língua geral*, e o guarani ou *abaneenga*, que era falado na área meridional. (DIÉGUES JUNIOR, 1980)

especialmente nas designações da flora, da fauna, dos acidentes geográficos e das povoações.

3. *Onomástica, toponímia e história: a construção da memória social das terras da Bahia*

Como parte da lexicologia, a onomástica refere-se ao ato de nomear e envolve o estudo dos nomes próprios, lexias que individualizam seres e lugares. Constituída de elementos linguísticos que, segundo Seabra (2006), conservam antigos estágios denominativos, a onomástica envolve duas áreas de estudo: a antroponímia, que tem como objeto os nomes próprios individuais, os nomes parentais ou sobrenomes e as alcunhas ou apelidos; e a toponímia, que investiga os nomes próprios de lugares.

Considerada por Dick (1990) como a crônica de um povo, ao gravar o presente para o conhecimento das gerações futuras, a toponímia, que caminha lado a lado com a história e a geografia, deriva-se das palavras gregas τόπος, "lugar", e ὄνομα, "nome", significando, portanto, "nome de lugar". Assim, para a análise e compreensão dos elementos que influenciam o processo de nomeação do espaço e a formação dos topônimos, entendidos como “fonte de conhecimento, não só da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais testemunhadas pelo povo que a habitou, em caráter definitivo ou temporário” (DICK, 1990, p. 42), torna-se necessária a utilização de conhecimentos derivados de outras áreas do saber científico.

Uma investigação histórica associada à localização geográfica dos designativos do espaço, possibilita a compreensão das causas físicas e humanas responsáveis pelo seu aparecimento como identificador e o resgate e a preservação desses signos linguísticos, em concordância com o que afirma Sampaio (1914, p. 28): “preservar-lhes a graphia verdadeira, e a verdadeira pronuncia, fixar-lhes o significado, interpretado através do véo obscuro dos metaplasmos, vale tanto como resguardar um monumento histórico”.

No léxico onomástico aqui estudado, ou seja, topônimos de acidentes humanos do território baiano formados pelo morfema lexical *itá*, um elemento vinculado à geografia física, em posição sintagmática inicial, e um elemento determinante ocupando a posição final, verifica-se a ligação entre essas denominações de índole mineral, relacionadas à natu-

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

reza constitutiva dos solos ou dos terrenos, e as causas históricas e naturais do seu emprego, o que justifica, segundo Dick (1992), o grande número de litotopônimos existentes no Brasil.

Nas terras da Bahia, as riquezas naturais foram motivo de cobiça desde a época da descoberta, atraindo aventureiros e grupos humanos que deram início ao processo de povoamento do território. Como mostra Dick (1990), em capítulos das *Notícias do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa (1974), relatando o estado geral da terra ao rei de Portugal:

Dos metais que o mundo faz mais conta, que são o ouro e a prata, fazemos aqui tão pouca, que os guardamos para o remate e fim desta história, havendo-se de dizer deles primeiro, pois esta terra da Bahia tem deles tanta parte quanto se pode imaginar... (SOUSA, 1974 *apud* DICK, 1990, p. 130).

Para entender como as nomeações compostas aqui estudadas resultam da relação entre nativos e colonizadores, e evidenciam a impressão do denominador sobre o ambiente, é fundamental entender que, à época do descobrimento, os nativos desconheciam o uso dos metais, como afirma Sampaio,

No tupi se representa pela palavra *itá*, pedra, todo e qualquer mineral ou metal apenas diferenciado ou qualificado pelo seu aspecto physico mais aparente, o da côr. Assim é que denominavam o ferro, *itaína*, mineral ou pedra preta; a prata, *itá-tinga*, mineral branco; o ouro, *ita-yúba*, mineral amarello; cobre, *itá-yúbarana*, mineral amarellado, ou ouro falso. [...] Na época dos descobrimentos e explorações sertanejas, a tecnologia tupi para os mineraes deve ter-se desenvolvido à medida das necessidades novas. Aparecem então no vocabulário brasílico os nomes: *itajyca*, para designar o estanho; *itá-etê*, o aço; *itamembeca*, chumo; *itá-beraba*, ou *itátiberaba*, o crystal; *itaberaba-etê*, o diamante; *itá-em*, pedra hume; *itá-obim*, ou *itá-obi*, a esmeralda; *itá-bubúi*, a pedra pomes. (SAMPAIO, 1914, p. 119-121)

Após a chegada dos colonizadores, os povos indígenas começaram então a distinguir os metais e a nomeá-los, fazendo surgir um tipo de neologismo, em um processo de criação lexical por composição. Nesse processo, termos preexistentes na língua se uniram em novas formações, como resultado da incorporação dos novos conhecimentos trazidos pelos europeus.

4. Fazer as “pedras” contarem sua história: uma análise do léxico toponímico

Com relação à estrutura morfológica dos designativos de lugar, foram identificados, segundo a discussão metodológica apresentada por

Dick (1990) para a formação dos topônimos, 22 exemplos que seguem um processo de formação composto, aquele que apresenta mais de um elemento formador, todos de origem tupi-guarani; e 3 exemplos de topônimos híbridos, Itabela, Itaju do Colônia e Itaguaçu da Bahia, formados por elementos oriundos de línguas diversas, o tupi-guarani e o latim.

Para apresentar o resultado, optou-se por acatar a segmentação do território baiano em mesorregiões, propostas pelo IBGE, conforme aspectos socioeconômicos. Do *corpus* estudado, 11 formações compostas e 2 formações híbridas foram encontradas na Mesorregião do Sul Baiano: Itabuna, Itacaré, Itagibá, Itagimirim, Itajuípe, Itamaraju, Itamari, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itabela e Itaju do Colônia. Na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, encontram-se 6 formações compostas: Itaeté, Itagi, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim. Na Mesorregião do Centro-Norte Baiano, assim como na Mesorregião Metropolitana de Salvador constam 2 formações compostas em cada uma: Itaberaba e Itatim, e Itaparica e Itanagra, respectivamente. Já na Mesorregião do Nordeste Baiano, somente 1 formação composta foi registrada: Itapicuru, e na Mesorregião do Vale São- Franciscano da Bahia, tem-se 1 formação híbrida: Itaguaçu da Bahia. Nenhuma designação foi encontrada na Mesorregião do Extremo Oeste Baiano.

Observa-se uma grande incidência das designações estudadas – 19 de 25 – nas Mesorregiões Sul Baiano e Centro-Sul Baiano (**Fig. 1**). Sustentando o ponto de vista de Lessa (2007), para quem a grande frequência desses topônimos resulta do fato de a pedra e a montanha terem sido muito importantes na marcação dos caminhos dos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII, encontra-se, na Mesorregião Centro-Sul Baiano, a Chapada Diamantina. Localizada na Serra do Espinhaço, essa cadeia montanhosa se estende pelos estados da Bahia e de Minas Gerais, e por ela passa necessariamente a história das “minas gerais”:

Historicamente, a Cadeia do Espinhaço tem sido uma fonte importante de riquezas minerais, principalmente pedras preciosas durante o período colonial. Várias cidades ali se estabeleceram durante os ciclos do ouro e do diamante, entre os séculos XVII e XIX. (RAPINI *et al*, 2008, p. 17)

Reforçando a importância e a função motivadora dos minerais na toponímia, ressalta-se que essas duas mesorregiões baianas fazem divisa com o Estado de Minas Gerais, reconhecido por suas riquezas minerais. Essas são áreas marcadas pela ocorrência de reservas minerais, especialmente de gemas e pedras preciosas, como mostrado pelo geólogo Luiz

Quanto ao processo de formação dos topônimos, foram identificadas discordâncias entre as fontes estudadas. Em Itabuna, Itacaré e Itapicuru não há unanimidade entre os autores com relação à existência da lexia *itá*, “pedra”, no composto formado, comprovando o que afirma Sampaio (1914, p. 124), de “que não raro acontece darem esse radical a vocabulos que na verdade o não têm, provindo dahi grande numero de corrup-tellas”. Nesses casos, optou-se por mostrar todas as explicações encontradas, sem indicar preferência.

Apresenta-se, a seguir, o resultado da análise semântico-etimológica realizada, por mesorregião, seguindo a ordem decrescente de incidência. Para fins de exposição, optou-se por listar os topônimos em negrito, seguidos, após dois pontos, do morfema lexical inicial *itá*, apresentado em itálico e separado por vírgula do seu correspondente na língua portuguesa. Após o símbolo matemático de adição (+), segue-se o elemento determinante em itálico, precedido da indicação da etimologia latina (lat.) nos três casos de topônimos híbridos, e seguidos de todos os sentidos encontrados nas obras pesquisadas. O símbolo matemático de igualdade (=) antecede o conteúdo semântico recuperado da designação, apresentado entre aspas duplas, seguido da indicação da fonte, ou fontes, quando obras diferentes apresentam resultados semelhantes, e, em alguns casos, de um breve comentário sobre a motivação toponímica. Quando a discordância entre os autores foi identificada, utilizou-se o sinal de ponto e vírgula para separar os dados encontrados nas obras pesquisadas.

4.1. Mesorregião do Sul Baiano

Itabela: *itá*, pedra + *lat. bellus*, belo, bonito, encantador (CUNHA, 2013, p. 86) = “pedra bonita, monte belo”. Tem relação com o Monte Pascoal, visto da cidade.⁷⁷

Itabuna: *i*, a (prônimo de 3ª pessoa que funciona também como artigo definido) + *tab*, aldeia + *una*, negra, escura = “a aldeia negra” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63); *itá*, pedra + *una*, preto = “pedra preta”, em virtude do rio Cachoeira, que banha a cidade, ter o seu leito coberto de pedras pretas (EMB, 1958, p. 306).

Itacaré: *itá*, pedra + *caré*, torta = “pedra torta” (GREGÓRIO, 1980, p.763); *y*, água, rio + *táca*, ruidosa, barulhenta + *ré*, diferente = “rio de ruído diferente” (SAMPAIO, 1914, p. 191/229); *i*, a (artigo definido) + *taquar-é*, taquara, bambu saboroso = “a cana de açúcar” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63).

⁷⁷ Informação presente na página eletrônica da prefeitura do município. Disponível em: <<http://www.itabela.ba.gov.br/historia>>. Acesso em 15 fev. 2015.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA

- Itagibá:** *itá*, pedra + *jybá*, braço = “braço de ferro”. (GREGÓRIO, 1980, p. 770); *itá*, pedra + *gybá*, braço = “o braço de ferro”. É também o nome de um chefe Tobayara (SAMPAIO, 1914, p. 230).
- Itagimirim:** *itá*, pedra + *jy*, machado, + *mirim*, pequeno = “machadinho de pedra” (GREGÓRIO, 1980, p. 770); *itá*, pedra + *jy*, machado, + *miri*, pequeno = “machado de pedra pequeno” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64).
- Itaju do Colônia:** *itá*, pedra + *yú* (contração de *yuba*), amarelo = “pedra amarela, ouro” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 65) + *do* (conectivo) + Lat. *colônia*, posse, domínio (CUNHA, 2013, p. 162), “do Colônia” (rio em cuja margem esquerda o município está situado).⁷⁸
- Itajúpe:** *itá*, pedra + *juba*, metal amarelo, ouro + *y*, rio, + *pe*, em = “no rio do ouro” (GREGÓRIO, 1980, p.770); *itá*, pedra + *yú* (contração de *yuba*), amarelo, + *y*, rio, + *pé*, caminho = “no caminho do rio do ouro” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 65/157).
- Itamaraju:** *itá*, pedra + *morojuba*, amarelado, dourado = “pedra amarelada, dourada” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 65).
- Itamari:** *itá*, pedra, + *mari*, planta, diversas espécies de Cássias, espinheiro = “planta sobre pedra” (SAMPAIO, 1914, p. 246).
- Itanhém:** *itá*, pedra + *nheenga*, pedra que canta = “sino” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 66).
- Itapé:** *itá*, pedra + *apé*, caminho = “caminho de pedra” (GREGÓRIO, 1980, p.776); *itá*, pedra + *pé*, caminho (ou alteração de *itá-peba*) = “caminho de pedra, laje, pedra plana” (SAMPAIO, 1914, p. 231), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).
- Itapebi:** *itá*, pedra + *peba*, laje, + *y*, rio = “rio da laje” (GREGÓRIO, 1980, p.776); *itapeb*, laje de pedra + *y*, rio = “rio da laje” (SAMPAIO, 1914, p. 231), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).
- Itapitanga:** *itá*, pedra + *pitanga*, vermelho = “pedra vermelha”, espécie de alga, madréporas (colônia de pólipos) que vegetam nas costas do nordeste (GREGÓRIO, 1980, p.779); *itá*, pedra + *pytanga*, vermelho = “pedra vermelha” (SAMPAIO, 1914, p. 232).

4.2. Mesorregião do Centro-Sul Baiano

- Itaeté:** *itá*, pedra + *etê*, verdadeiro = “pedra de verdade, aço” (GREGÓRIO, 1980, p.766); *itá*, pedra + *etê*, verdadeiro = “ferro verdadeiro, o aço” (SAMPAIO, 1914, p. 229), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64).
- Itagi:** *itá*, pedra + *jy*, machado = “machado de pedra” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64).
- Itambé:** *itá*, pedra + *t’embé*, beirão = “pedra a prumo, talhada em beirão, morro a pique” (GREGÓRIO, 1980, p. 772); *itá*, pedra + *aymbé*, afiado = “pico ou monte agudo, escarpas nas encostas rochosas dos montes” (SAMPAIO, 1914, p. 106-107); alteração de *itapeba*, “laje, lageado”, ou de *itaimbé*, “precipício, abismo, despenhadeiro” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 66).

⁷⁸ Informação presente na página eletrônica do IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/itajudocolonia.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2015.

Itapetinga: *itapé*, laje de pedra + *tinga*, branco, claro = “laje branca” (GREGÓRIO, 1980, p. 778), (SAMPAIO, 1914, p. 232), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).

Itaquara: *itá*, pedra + *cuara*, buraco = “buraco da pedra” (GREGÓRIO, 1980, p.781); *itá*, pedra + *cuara*, furada = “pedra furada, poço” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 68).

Itarantim: *itá*, pedra + *r’atã*, dura + *tĩ*, ponta, bico = “ponta de pedra dura, ponta de flecha” (GREGÓRIO, 1980, p.782); *itá*, pedra + *rã*, soltar, desatar + *tinga*, branco = “pedra branca fragmentária, gesso” (SAMPAIO, 1914, p. 192), (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 68).

4.3. Mesorregião do Centro-Norte Baiano

Itaberaba: *itá*, pedra + *beraba*, brilhante, reluzente = “pedra reluzente, cristal” (GREGÓRIO, 1980, p. 760), (SAMPAIO, 1914, p. 229); “pedra brilhante, diamante” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63).

Itatim: *itá*, pedra + *tĩ*, ponta = “ponta de pedra” (GREGÓRIO, 1980, p. 783); *itá*, pedra + *tĩ*, ponta, nariz = “ponta ou nariz de pedra” ou forma contrata de *itá-tinga*, “pedra branca, prata, metal branco” (SAMPAIO, 1914, p. 233).

4.4. Mesorregião Metropolitana de Salvador

Itanagra: *itá*, pedra + *nagra*, areia⁷⁹ = “pedra de areia” (IBGE Cidades...)

Itaparica: *itá*, pedra + *pari*, barragem, cerca = “cercado de pedras” (GREGÓRIO, 1980, p. 775); *itá*, pedra + *pari*, barragem, cerca = “cerca feita de pedras” (SAMPAIO, 1914, p. 231), uma referência aos arrecifes que contornam toda a costa da ilha.

4.5. Mesorregião do Nordeste Baiano

Itapicuru: *i*, a (artigo definido) + *tapi*, entrepernas, + *curú*, rugosas, ásperas = “a ave pescadora” (SAMPAIO, 1914, p. 269); *itapé*, laje de pedra + *curu*, enrugada, ondulada = “laje áspera, enrugada” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 67).

4.6. Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia

Itaguaçu da Bahia: *itá*, pedra + *guaçu*, grande = “pedra grande, penedo, rochedo” (GREGÓRIO, 1980, p. 767); *itá*, pedra + *guasu*, grande = “pedra grande; pedra furada que serve de âncora às embarcações” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 64) + *da* (conectivo) + Lat. *baia*, pequeno golfo (CUNHA, 2013, p. 76), “da Bahia”, diferenciando de Itaguaçu do Espírito Santo.

⁷⁹ Esse sentido não é confirmado pelos outros autores. Tanto Sampaio (1914) quanto Tibiriçá (1985) identificam “areia” em tupi como *ibicui* (*yby*, terra, chão + *cuí*, farinha, pó, poeira).

5. *Considerações finais*

Em relação ao léxico toponímico formado pelo morfema lexical tupi *itá*, em posição inicial de estruturas compostas, Dick (1990, p. 145) reconhece que “a ocorrência desta tipologia denominativa na nomenclatura geográfica do Brasil estaria por justificar um estudo pormenorizado dos litotopônimos e o reconhecimento da função motivadora preponderante que exercem na toponímia nacional”.

Ao buscar recuperar o conteúdo semântico dos topônimos compostos com essa formação, existentes no Estado da Bahia, atende-se à indicação da pesquisadora, ao tempo em que se reconhece a sobrevivência da toponímia de origem indígena na Bahia como uma forma de resistência às tentativas de apagamento da cultura nativa e de resgate e valorização da memória linguística indígena como uma das raízes culturais da história do povo brasileiro.

A relação identificada entre os litotopônimos estudados e a geografia local evidencia que, assim como os topônimos de origem portuguesa expressam o sentimento religioso e a forte influência do catolicismo na época do descobrimento, o léxico toponímico de origem tupi reflete a relação do homem com o seu próprio meio ambiente, a visão imediata da terra. E dessa forma são conservados: como reflexos da memória do povo. A recuperação, no campo da onomástica, do significado desses nomes, representa, como acredita Seabra (2006), uma contribuição “para uma maior visibilidade à leitura sociocultural da região”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. *Antologia Poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 237.

BAIXAR mapas. Mapa da Bahia – Mesorregiões. Disponível em: <<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-bahia-mesorregioes>>. Acesso em: 20-02-2015.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história – a incrível saga de um país*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.

CARVALHO, Luiz Moacyr de. Recursos minerais: aspectos econômicos e áreas de relevante interesse mineral. In: _____. *Geodiversidade do estado da Bahia*. Salvador: CPRM, 2010, p. 29-58.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XX e XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

GREGÓRIO, Irmão José. *Contribuição indígena ao Brasil*. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

IBGE – biblioteca. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/itajudocolonia.pdf>>.

Acesso em: 15-02-2015.

IBGE – Cidades. Disponível em:

<<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=291590&search=bahia|itanagra|inphographics:-history&lang=ES>>. Acesso em: 15-02-2015.

LESSA, Luísa Galvão. A presença das línguas indígenas no uso diário brasileiro. *Amazônia*, vol. 1, p. 12-14, 2007.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje*. Brasília: Ministério de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006.

MAIOR baía do país tem ilhas, esconde naufrágios e é retrato da desigualdade. *G1*, 01 nov. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ba/bahia/cidade/salvador.html>>. Acesso em: 01-11-2014.

NASCENTES, Antenor. A saudade portuguesa na toponímia brasileira. *Letras. Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*, n. 11, 1960, p. 102-107.

OJEDA, Eduardo Aparicio Baez; PETTA, Nicolina Luiza de. *História: uma abordagem integrada*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

XIX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

PORTAL da Prefeitura Municipal de Itabela. Disponível em:

<<http://www.itabela.ba.gov.br/historia>>. Acesso em: 15-02-2015.

RAPINI, RIBEIRO, LAMBERT, PIRANI. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço. *Revista Megadiversidade*, vol. 4, n. 1-2, p. 17, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.conservation.org.br/publicacoes/files_mega4/megadiversidade_espinhaco.pdf>. Acesso em: 20-02-2015.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*. São Paulo: Traço, 1985.